



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 044/045

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	NELSON JUSTUS Presidente - Democrata	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL
	ABIB MIGUEL Diretor Geral	

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Professor Luizão
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 044

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	05
Pequeno Expediente:	
Dep. Luciana Rafagnin	06
Horário das Lideranças:	
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	07
Liderança do PT	
Dep. Professor Luizão	09
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	10
Discussão/Votação	
Redação Final	10
3ª Discussão	11
2ª Discussão	11
1ª Discussão	14
Requerimentos	16
Encerramento da Sessão	17

DIÁRIO Nº 045

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	18
Presenças	18
Abertura da Sessão	18
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	19
1ª Discussão	20
Encerramento da Sessão	25
Publicações:	
Atas de Comissões	
Obras Públicas, Transportes e	
Comunicação	26
Redação	26
Constituição e Justiça	27
Publicações Administrativas:	
Pregão Eletrônico	28

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 044

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão03

Expediente:

Indicações04

Requerimentos.....04

Projetos de Lei.....05

Pequeno Expediente:

Dep. Luciana Rafagnin.....06

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 07

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 09

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 10

Discussão/Votação

Redação Final 10

3ª Discussão 11

2ª Discussão 11

1ª Discussão 14

Requerimentos..... 16

Encerramento da Sessão 17

DIÁRIO Nº 044

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch,

Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Pedro Ivo e Stephanes Júnior (05).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88. do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 106/08

SÚMULA:

Propõe construção de quadra poliesportiva coberta e salas de aula na Escola Estadual Nicolau Hampf no município de Castro.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva Secretário de Estado da Educação do Paraná:

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma quadra poliesportiva coberta (Protocolo 96902808) e três salas de aula (Protocolo 9485346) na Escola Estadual Nicolau Hampf no município de Castro, sito à rua Leo Zappe, s/n - Santa Galo.

2) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos que não dispõem do espaço para a prática de esportes. Por isso a urgência da construção de uma quadra poliesportiva no local. O colégio conta com aproximadamente 360 alunos do ensino fundamental e a direção da instituição sinalizou que para parte deles falta espaço físico adequado para as atividades em sala de aula. Saliento ainda que as solicitações já se encontram em andamento protocoladas junto à Secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 107/08

SÚMULA:

Propõe construção de uma escola estadual no município de Ponta Grossa entre o bairro Vila Rio Branco e bairro Pitangui.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná:

Encaminhar cópia para a Chefe do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, Carmencita de Holleben Ditzel. Endereço: rua Carlos Osternack, 316 - Vila Estrela - CEP 84040-120 - Ponta Grossa/PR.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma escola estadual no município de Ponta Grossa localizada entre o bairro Vila Rio Branco e bairro Pitangui.

2) A indicação justifica-se por tratar de uma região que não conta com estabelecimento de ensino público próximo, dificultando o acesso dos moradores que dependem da escola pública para educar os filhos. As crianças dessa localidade precisam percorrer grandes distâncias para estudar nas instituições estaduais de ensino do município. Os dois bairros apresentam alta densidade demográfica, comportando a instalação de uma escola estadual para atender principalmente alunos do ensino fundamental.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o parágrafo 10, do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa, REQUER seja retirado da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 668/07, Item 10 da Ordem do Dia de hoje, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que proíbe a venda de seringas descartáveis a menores de 18 anos, para que seja encaminhado à Comissão de Saúde, para se manifestar sobre a proposta.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A retirada de pauta do Projeto de Lei nº 668/07 se faz necessária devido à falta de parecer sobre o mérito do mesmo, da Comissão de Saúde, da qual o requerente é membro, considerando que, regimentalmente à Comissão de Saúde compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Saúde Pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da Medicina e profissões afins.

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial das Divisas Municipais do Estado do Paraná, formada por 5 (cinco) membros, para contribuir com soluções aos problemas existentes nas demarcações de divisas municipais no nosso estado. A Comissão, também, irá mediar os primeiros passos da tramitação de proposições de criação de novos municípios.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoiamento:

Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Rosane Ferreira, Cleiton Kielse e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1003

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de

votos de congratulações ao escritor André Marmiliez, autor da obra: Ele Falava com Autoridade, auto - estima e liderança, pelo lançamento do referido livro aos 15 (quinze) dias do mês de maio de 2008, às 20h, no Salão da Paróquia Nossa Senhora das Dores, em Araucária/PR.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de louvor ao Sr. Ciliomar Tortola, Diretor do Abatedouro de Aves Canção, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Ciliomar Tortola acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Agricultura, Valter Bianchini, solicitando cessão de imóvel, anteriormente utilizado pela Associação dos Funcionários do IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná) em Ponta Grossa, para a Associação de Moradores do bairro Vila Velha, antiga Vila Jamal, através de contrato comodato.

Pede-se para verificar, caso houver qualquer impedimento legal no processo por parte da Secretaria de Agricultura, a possibilidade de o estado repassar à Prefeitura de Ponta Grossa autorização para intermediar o contrato de comodato com a Associação de Moradores do bairro Vila Velha, para que a comunidade possa utilizar o imóvel.

Segundo informações de lideranças da comunidade o imóvel está desativado e não está sendo mais utilizado pelos funcionários do IAPAR.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A falta de um espaço físico dificulta o andamento das atividades da Associação dos Moradores do bairro Vila Velha. O trabalho dessa comunidade serve de reforço para a administração municipal traçar metas e implantar programas que venham ao encontro dos interesses dos moradores. Com uma sede própria, o trabalho da Associação será mais intenso e organizado, podendo promover reuniões e debates com a comunidade, além de fortalecer o relacionamento da Associação com os moradores do bairro.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para os moradores do bairro Vila Velha de Ponta Grossa.

REQUERIMENTO Nº 998

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM que, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Sr. Cel. Anselmo José de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando informações sobre o número de efetivo da Polícia Militar nos municípios de Ponta Grossa, Araucária e Paranaguá, bem como o total da população atendida por esse efetivo nos municípios citados.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(aa) ROSANE FERREIRA

EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando informações das concessionárias, Rodonorte, Econorte, Rodovia das Cataratas VIAPAR e Ecovia:

- qual foi a arrecadação, de cada praça pedagida, no primeiro trimestre de 2008;

- qual a média mensal de veículos que passam em cada praça;

- qual foi os investimentos de cada uma das concessionárias das rodovias pedagidas, no exercício de 2007.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) DR. BATISTA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 187/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a rodovia que liga o município de Coronel Domingos ao município de Palmas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estadualizar a rodovia que liga o município de Coronel Domingos Soares ao município de Palmas.

A estadualização da rodovia irá trazer benefício ao município de Coronel Domingos Soares e ao município

de Palmas, cuja a população vem por muito tempo reivindicando solução para melhorar as condições de trafegabilidade e o escoamento da produção da região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 188/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a orientação sobre os procedimentos de emergência e as normas de segurança às pessoas presentes em eventos realizados em ambientes fechados que reúnam o público em geral, relacionadas com a segurança no local.

Parágrafo Único. A orientação de que trata este artigo deverá ser prestada de forma clara, momentos antes do início do espetáculo ou do evento, indicando as saídas de emergência, o local dos extintores e qualquer outra orientação que for oportuna para segurança dos presentes.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às penalidades previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8078, de 11/09/90.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de orientação de segurança e procedimento de emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam o público em geral.

Desta forma, este projeto de lei justifica-se pela necessidade de efetivamente fornecer regulamentação para a realização de shows, espetáculos ou outros eventos públicos, a orientação deverá ser prestada de forma clara, momentos antes do início do espetáculo ou do evento, indicando as saídas de emergência, o local dos extintores e qualquer outra orientação que for oportuna para a segurança dos presentes.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 189/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Serviço Estadual de Atenção às Doenças da Boca e da Face, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde - SESA.

Parágrafo Único. O Serviço Estadual de Atenção às Doenças da Boca e da Face atuará como referência, no âmbito estadual, será regulado pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, para a realização de exames de diagnóstico.

Art. 2º O atendimento aos pacientes com lesões da boca e da face deverá iniciar nas Unidades Básicas de Saúde, as quais atuarão em atividades preventivas e na realização de exames de diagnóstico das lesões buco-faciais.

Art. 3º Os exames realizados nas Unidades de Saúde do Estado do Paraná poderão ser encaminhados para outros laboratórios de anatomia patológica, devidamente credenciada pelos municípios.

Art. 4º É obrigatória a comunicação dos casos diagnosticados de câncer bucal, conforme o Código Internacional de Doenças - CID, a Secretaria de Estado da Saúde - SESA, pelos laboratórios de anatomia patológica credenciados.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que institui a Política Estadual de Atenção às Doenças da Boca e da Face, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

A proposta tem como objetivo a aplicação da política de assistência aos pacientes portadores de câncer bucal cumprindo a meta de interiorizar as ações de combate à doença. O projeto consiste na capacitação dos profissionais de Saúde nas áreas de diagnóstico e prevenção das lesões da boca e da face com ênfase no câncer bucal.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da lei em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem tivemos um seminário sobre a saúde da mulher, aqui no estado do Paraná. Tivemos a presença da Deputada Federal Cida Diogo, a Deputada Cida Borghetti também acompanhou, foi uma das promotoras, junto com as Deputadas Beti Pavin e Rosane Ferreira. As quatro Deputadas promoveram esse evento, que aconteceu ontem, esse seminário, juntamente com o Conselho Estadual da Mulher aqui do Paraná e também o SindSaúde e com o SISMUC aqui de Curitiba.

Esse seminário foi importante. Foram levantados vários problemas que ocorreram com a mulher, hoje, com a saúde da mulher no estado do Paraná. De uma maneira especial foram bastante abordadas as doenças que ocorrem.

como a questão do câncer do colo de útero, de mama, Durval Amaral, da mortalidade materna. E acredito que nós, principalmente as Parlamentares desta Casa, temos o compromisso de ver, de sentar com as demais entidades, demais organizações que aqui estiveram presentes, e poderemos dar os encaminhamentos que foram tirados na tarde de ontem, que são encaminhamentos que buscam, de uma forma bem especial, levar a informação como uma maneira de prevenir, para que as mulheres possam evitar algumas doenças, principalmente aquelas que ocorrem com maior frequência e que têm formas de poder evitar.

Sabemos que existem maneiras que é possível evitar. Talvez não totalmente, mas algumas formas de tentar prevenir estas doenças, principalmente aquilo que foi debatido, que é a questão da mortalidade materna. De uma maneira especial, sabemos que precisa de muitos cuidados, mas também envolve a questão do pré-natal e precisamos estar mais atentos. Inclusive, o que nos coloca o SUS, o que podemos dispor do SUS, exigir um atendimento maior e fazer com que as mulheres façam um pré-natal e tenham um acompanhamento, para que possam ter segurança na hora de ter seu filho, garantir sua vida e garantir a vida do seu filho.

Também o que me traz à tribuna no dia de hoje é que ontem tivemos uma Audiência com a FETRAF-Sul, o Deputado Elton Welter também acompanhou esta Audiência, uma audiência com o Governador, na qual a principal reivindicação era, além do apoio mais técnico por parte dos engenheiros da COHAPAR, no programa da habitação para o campo que a FETRAF vem desenvolvendo, além desta reivindicação era também que fossem incluído aditivo no contrato, que hoje já tem, o Governo do Paraná com a FETRAF-Sul, de 1.100 casa, mais de 500 casas.

Foi muito importante essa Audiência. O Governador aceitou as reivindicações apresentadas pela FETRAF-Sul, na qual vai ser construída, ao invés de 1.100 casas que a FETRAF já havia solicitado para os nossos agricultores da agricultura familiar, serão construídas então 1.600 casas, isso com o apoio do programa do Governo Federal, que vem um recurso em torno de R\$ 6 mil a fundo perdido e mais R\$ 2 mil que é a contrapartida do estado, a participação do estado do Paraná.

Então, essa parceria com o Governo do Paraná é muito importante para nós e tem resultado em aproximadamente 5 mil casas já construídas, reformadas ou ampliadas em nosso estado, esse programa do Governo Federal e essa parceria com o estado e com as nossas entidades, sendo de uma maneira especial a FETRAF-Sul e também a CRESOL, que vêm desenvolvendo esse programa de habitação para os agricultores e para as agricultoras, ou seja, para a nossa agricultura familiar.

Queria também convidar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todos os Parlamentares desta Casa que tiverem interesse, mas de uma forma especial até reforçar o convite para os Parlamentares do sudoeste do Paraná, porque na próxima segunda-feira, no dia 12, teremos

uma Audiência com o Governador de Santa Catarina, o Luiz Henrique. Essa Audiência está sendo coordenada pela Frente Parlamentar, que envolve dois Deputados de Santa Catarina, dois do Paraná, dois do Mato Grosso do Sul e também o Presidente da FERROESTE do nosso estado, o Samuel. Então, nessa segunda-feira, dia 12, às 15h, teremos essa Audiência com o Governador de Santa Catarina, para reivindicar também o seu apoio no investimento da FERROESTE, que é também um investimento na ferrovia que vai ligar desde Mato Grosso do Sul, Paraná e também Santa Catarina.

De uma maneira especial o sudoeste vem reivindicando que um ramal passe pelo sudoeste do Paraná e até já tivemos uma Audiência com o Governador Roberto Requião, que já demonstrou o seu apoio; em Mato Grosso do Sul o Governador também já demonstrou o seu apoio e agora estamos solicitando o apoio do Governador de Santa Catarina, e logo estará sendo marcada uma Audiência com a Ministra Dilma para que sejam incluídos no PAC recursos para que sejam investidos na questão da ferrovia.

Obrigada! Só quero agradecer aos Parlamentares e reforçar que fica aberto o convite para todos aqueles que tiverem interesse, porque estão convidados para essa Audiência. Queria reforçar aqui que está coordenando o Diretor-Presidente da FERROESTE, o Dr. Samuel, que está conosco acompanhando toda essa reivindicação e solicitando, por parte dos Governos e de uma maneira especial do Governo Federal, esse investimento maior na FERROESTE.

Obrigada, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, nossa querida colega Cida Borghetti, nosso companheiro de Parlamento Elton Welter, Deputados, Deputadas e comitê de imprensa.

Presidente, lamento que o frio tenha assustado um pouco os nossos colegas! Parece que eles não gostam de frio, porque poucos apareceram aqui para os trabalhos, pelo menos por enquanto. Esse frio é tão gostoso e está tão agradável e queira Deus que não caia geada sobre a nossa agricultura, porque a agricultura já vive atolada em dívida bancária e uma geada abalaria muito a economia do nosso Paraná e até do nosso Brasil.

Mas, a imprensa traz hoje, de novo, o caso da Centronic, que é uma empresa de vigilância, de segurança, ainda revivendo o caso do radialista Ricardo Chab, a imprensa volta a falar que a Polícia afirma que tem alguém sumido, e que isso seria o motivo de uma eventual extorsão contra a Centronic.

Fica a dúvida: será que tem alguém sumido? O fato é grave! Quem é que está desaparecido? Quem foi torturado?

Na minha opinião, se uma empresa está sendo ameaçada de extorsão, que procure a Polícia. Não tem que pagar extorsão coisa nenhuma. Essa compra do silêncio, por parte da Centronic, é que nos preocupa. E o estranho é que até agora não se falou quem está desaparecido.

Então, a Centronic tem que dar explicações ao povo. A Polícia tem que parar de falar que é pelo sumiço de alguém, tem que dar o nome.

A Centronic, a partir do momento que se dispôs a pagar a extorsão, é que coisa boa desse meio não tem não.

Sr. Presidente, hoje é dia do legislador. É o 7º mandato que Deus me permite cumprir como legislador, 10º mandato que o povo me outorgou: três de Prefeito e sete de Deputado.

Quero agradecer a Deus e ao povo do Paraná pelo privilégio de poder fazer parte desta Casa.

Cumprimentar os funcionários desta Casa, os colegas Deputados, o pessoal do comitê de imprensa, vejo aqui um pessoal abnegado. O tipo de pronunciamento que faço da tribuna pouco interessa aos jornalistas. Entendo! O jornalista que cobre a Assembléia Legislativa está interessado em assunto político. Como estou aqui há 40 anos com o mesmo discurso, defendendo a classe trabalhadora, isso não ganha espaço na imprensa. Volto a repetir, eu entendo isso! Mas não impede de valorizar o trabalho do comitê de imprensa, pois são educados, competentes e cumprem com o seu dever.

Gostaria de lembrar que, pela palavra do novo Presidente do TSE, o Presidente Lula não vai poder ser candidato ao 3º mandato. Mesmo que aprove lei para dar o 3º mandato ao Presidente Lula, ele estará impedido de ser candidato. Fernando Henrique, se quiser ser candidato a Vereador, Deputado, Prefeito, vai estar proibido; o Roberto Requião vai encerrar a carreira; Prefeitos do Brasil inteiro, quase nenhum vai poder ser candidato à reeleição; Deputado e Vereador, vai se contar nos dedos quem vai poder ser candidato, porque o novo Presidente do TSE está dizendo que quem tiver uma ação na Justiça, se prevalecer a vontade dele, não vai poder ser candidato.

Lembro-me que na época da revolução os militares cassavam os Vereadores, os Deputados, e os suplentes assumiam. Aí virou uma chuva de "dedo-duragem". Os suplentes ficavam "dedo-durando" o titular do cargo para ficar com o cargo dele e assumiam. Até que em um certo ponto os militares acordaram e agora, quando cassar o mandato de Deputado, não assume o suplente. Aí parou aquele negócio de suplente querendo pegar a vaga do titular.

Quem não tem ação na Justiça, ainda vai acabar tendo, porque o outro que está de olho no reduto dele, entra com uma ação contra ele. Está proibido. Não é mais candidato.

Um aparte ao nobre Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Na verdade, eu iria fazer um resumo deste tema. V. Exa. traz em tempo essa discussão. Quem não tem processo por esse Brasil afora? Eu mesmo respondi, só lá em Foz do Iguaçu, 18 processos. Nenhum deles foi desvio de um centavo, que nunca fiz. Todos ganhei aqui no Tribunal de Justiça. Mas, quero dizer o seguinte: quem não tem processo? A hora em que se candidatar ao cargo de Prefeito ou Deputado, vai arrumar processo para ele. Na verdade, vai se criar muita injustiça por este país afora. Com certeza, essa norma não vai ser colocada em prática, porque é impossível. Quem de nós, políticos, não têm processo?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Vai se reviver o período da revolução, em que o suplente fazia de tudo para derrubar o titular do cargo.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Tem que rever essa posição. Bem ora, respeito e não defendo aqui os corruptos. Acho que é preciso que cada caso seja examinado pela Justiça.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Quero apenas ratificar, mas realmente até acho que a interpretação do Ministro deva ter sido equivocada porque é impossível que um Ministro do Supremo Tribunal Federal interprete a lei dessa forma. Um processo não transitado e julgado, que é base elementar do Direito, está sendo suprimido para uma simples acusação. Isso vai fazer com que todo mundo, de uma forma ou outra, por interesse que for, tenha um processo para não poder concorrer.

Obrigado. V. Exa. toca num assunto sumamente importante.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado Caíto Quintana.

Senti, do Deputado Caíto Quintana, que defende que deva ser impedido quem tiver processo já condenado. Porque tem caso aqui no Paraná que a Câmara de Vereadores inteira, todos os Vereadores foram acionados judicialmente pelo Ministério Público. Se prevalecer esse critério, nenhum Vereador daquela Câmara poderá ser candidato à reeleição. Naturalmente, é uma manifestação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que não deixa de ser também curiosa a polêmica e que está ganhando o debate em todo território brasileiro. E a única coisa que lamentamos é que desde que eu era criança, quando eu jogava bolinha de vidro ou bola de meia, faltavam três ou quatro meses para eleição, eles ainda estavam discutindo...

(Microfone sem som)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, concedo a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro fazer um comunicado. A nossa Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária desta Casa, atualmente, responde pela presidência do nosso Partido dos Trabalhadores, no Paraná. Porque a Presidente Gleisi Hoffmann licenciou-se, uma vez que vai concorrer à eleição em Curitiba.

Ontem, falei aqui do total de investimentos no setor imobiliário no Brasil, inclusive estrangeiros, na ordem de US\$ 14 bilhões e um crescimento de 140% em relação a 2006. Fui buscar hoje um levantamento em relação ao mercado de construção civil, o comércio de construção. Constatamos muitas informações positivas, números positivos. O comércio de material de construção registrou no ano de 2007, comparado a 2006, um crescimento de 20%, em média, nas vendas, um recorde histórico, há muitos anos não visto no Paraná. Isto aconteceu, porque as muitas pessoas estão construindo mais casas, apartamentos, prédios. O que está estimulando esse crescimento é o financiamento a longo prazo promovido pelo Governo Federal, o crescimento na venda dos lotes financiados também em Curitiba e região metropolitana. Muita gente pretendendo deixar o aluguel. As pessoas conseguindo os seus empregos, ganhando um salário melhor, podem entrar em um financiamento, tanto de um terreno como de sua casa.

Segundo a Instituto de Pesquisa do Mercado Imobiliário, ligado ao Sindicato de Habitação e Condomínios do Paraná, 2007 atingiu um média de velocidade nas vendas de terreno, em torno de 100% superior a 2006. Em levantamento, a Associação de Entidades de Crédito Imobiliário estima que, em 2007, cerca de 150 mil famílias brasileiras tiveram a oportunidade de comprar uma casa ou apartamento com crédito, em um aumento equivalente a 30% sobre o ano de 2006, principalmente, o financiamento a longo prazo.

Em Curitiba a área liberada para as novas construções residenciais e não residenciais, em 2007 atingiu 2,3 milhões de m², isso significa um aumento de 37% sobre o ano de 2006. Nos números de construção residencial que se verifica o melhor desempenho do mercado imobiliário. Em Curitiba, a área liberada para a construção residencial, em 2007, atingiu um crescimento de 49% em relação a área liberada para a construção, em 2006, quase 50% de área liberada para a construção, em 2007, na comparação com 2006. Apenas em Curitiba, um lançamento de 58% de empreendimentos verticais, somando 3 mil 927 unidades residenciais. O número de lançamentos de construção vertical de prédios, somado ao número de unidades residenciais, representa 108% em relação a

2006 e 130% em relação a 2005. No ano de 2005, tivemos unidades residenciais, lançamentos em prédios, 1.708 unidades; em 2006, 1.892; e em 2007 tivemos 3 mil e 900. Quase 4 mil unidades residenciais, o que significa então, 108% de aumento em relação a 2006 e 130% na comparação com 2005. É visível o aquecimento do mercado imobiliário em nosso país. Aqui em Curitiba e região metropolitana, então, é um destaque.

A Caixa Econômica Federal encerrou 2007 com um recorde de contratação em habitação, saneamento e infra-estrutura, quantia superior a 37 bilhões, foi contratada, dos quais 21 bilhões foram destinados a habitação, 15,7 bilhões destinados a outra área de desenvolvimento urbano. Esses resultados foram 100% superiores a 2006.

Desses valores, 31 bilhões, então, de 37 bilhões, 31 bilhões referem-se a recursos destinados a obras do Programa de Aceleração do Crescimento, tanto em habitação como infra-estrutura urbana.

Essas contratações habitacionais foram suficientes para atender aproximadamente 1 milhão de famílias, sendo que 80% dessas famílias possui renda mensal bruta de até cinco salários-mínimos. Desde a época do BNH que não vemos um aquecimento e uma grande quantidade de contratações imobiliárias, de aquecimento na construção civil, como estamos acompanhando neste momento.

A população de baixa renda também pode contar com 1,8 bilhões de subsídios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Só no Paraná a Caixa contratou 1,4 bilhões em empréstimos habitacionais, que, claro, geraram em torno de 130 mil empregos só aqui no nosso estado.

Então, estamos acompanhando que a construção civil vai de vento em popa. Isso gera empregos e sabemos que a maioria das pessoas, principalmente quem vem do interior ou quem vai conseguir o seu primeiro emprego, sem qualificação, é na construção civil que, muitas vezes, as pessoas encontram a porta de entrada para o primeiro emprego, para a oportunidade de ter um salário e sustentar a sua família.

Então, usei este espaço para passar estes dados aos Srs. e Sras. Deputadas, para poder visualizar nos números, como que está o mercado imobiliário, a construção civil, a geração de emprego nesta área, a venda de materiais de construção, as pessoas podendo comprar o seu apartamento, podendo construir a sua casinha, podendo financiar o seu terreno. E a perspectiva para 2008 neste 1º quadrimestre, que acompanhamos, estão na mesma linha. Quer dizer que vamos ter em torno de 20 a 25% no aumento de vendas de material de construção, comparado com o ano passado e quase que esse percentual também no número de novas habitações, tanto casas como apartamentos.

Era isto. Muito obrigado pela atenção, Srs. Deputados e Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PMDB; PSDB; PDT; Bloco PPS/PMN; Liderança da Oposição, Liderança do Governo.
(Declinaram)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 106/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de quadra poliesportiva coberta e salas de aula na Escola Estadual Nicolau Hampf, no município de Castro. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 107/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma escola estadual no município de Ponta Grossa, entre o bairro Vila Rio Branco e o bairro Pitangui. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de Lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente. Necessitam apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de iniciarmos a votação da Ordem do Dia, esta presidência anuncia a visita da Prefeita de Campina Grande do Sul, da Rainha da Caquifest e das Princesas, que vão fazer o convite pessoalmente aos Deputados. Sejam bem-vindas à Casa.

Suspendo a Sessão por dois motivos, para que a Rainha e as Princesas possam entregar o convite da festa aos Srs. Deputados.

(Suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão.

Antes de iniciarmos a votação da Ordem do Dia, há sobre a mesa Requerimento nº 1002, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente requerendo que seja marcada Sessão Extraordinária logo após o término da presente Sessão, com a diminuição de interstício.

Discussão. Votação. **Aprovado.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 158/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que dispõe a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 158/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido a isenção de taxas de inscrição nos concursos públicos realizados pela Administração Direta, Indireta, Fundações Públicas e Universidades Públicas do Estado aos doadores de sangue.

Parágrafo Único. Equipara-se o doador de sangue, para os efeitos desta lei, a pessoa que integre associação de doadores e que contribua, comprovadamente, para estimular de forma direta ou indireta, a doação.

Art. 2º Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela união, pelo estado ou por município.

Art. 3º Os órgãos estaduais que irão realizar concurso, deverão inserir em seus editais o benefício da isenção e as regras para sua obtenção.

Art. 4º A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 1º O documento previsto por este artigo deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais.

§ 2º A comprovação da hipótese prevista pelo parágrafo único do artigo 1º, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05/05/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 106/08, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de utilidade pública o Instituto INESUL de Pesquisas, Ciências e Tecnologia, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 023/08, de 25/03/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 795/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a Lei nº 12493, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APROVAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - **Aprovadas.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o Instituto SODETEC de Desenvolvimento Social, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 131/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/08, que objetiva a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto. Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, da Comissão de Saúde, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE SAÚDE
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO
PROJETO DE LEI Nº 097/08

Fica acrescido ao artigo 4º, renumerado pela emenda aditiva da CCJ, um parágrafo único da forma que segue:

“Art. 4º (...)

Parágrafo Único. Ficam reservados, três cargos comissionados, tipo DAS-1, de Direção para os Hospitais Universitários do Paraná.”

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

ROSANE FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Tadeu Veneri, Cida Borghetti, Marcelo Rangel e Antonio Belinati.

O projeto retorna à CCJ.

Pela ordem, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pergunto a V. Exa., há uma emenda que trata de uma tema correlato que é para poder fazer com que os Diretores dos Hospitais Universitários de Londrina, Maringá e também Cascavel, possam ter uma carga de livre provimento em comissão, cria-se um cargo DAS-01, porque são hospitais de porte 01. São grandes hospitais da rede pública.

Entendemos que há, de fato, uma injustiça hoje que envolve essa questão salarial, mas ao mesmo tempo são estruturas diferentes. Uma, os hospitais universitários vinculados às universidades estaduais, que são autarquias, por sua vez vinculadas à Secretaria de Estado de Ensino Superior e Ciência e Tecnologia, e por óbvio, este projeto que cria estes cargos para gestão dos hospitais, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

Entretanto, conversei e consultei o Governo e não tenho ainda um posicionamento sobre este tema. Não tenho dúvida de que, pelo que me relataram os Diretores, há uma questão de injustiça salarial. De qualquer forma, faço este registro no sentido de que a questão de ordem que faço não é sobre a emenda, é sobre especificamente a emenda da CCJ, porque ontem votamos o projeto, ressalvada a emenda da CCJ.

O que ocorre? Pergunto se não deveríamos votar na Sessão de hoje a emenda que veio da CCJ, porque o projeto vai retornar a CCJ sem ter sido votada a emenda que a própria CCJ fez. Então, no meu entendimento, deveríamos votar a emenda que veio da CCJ, porque vejamos, vamos atrasar muito o processo de votação deste projeto, por conta da não votação desta emenda. Até porque sabemos que há uma mobilização, em função destes temas. Então, indago a V. Exa. se não poderíamos votar a emenda da CCJ e aí sim o projeto retorna, com a emenda recebida em plenário. É esta a questão de ordem que formulo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Entendo a questão de ordem de V. Exa. e passo a respondê-la. Ontem aprovamos o projeto, pela sua constitucionalidade. Hoje, votaríamos a emenda, o projeto em 2ª discussão e posteriormente a emenda da CCJ. Ora!

Como recebemos uma emenda de Plenário, hoje, e tenho certeza que esta emenda de Plenário pode perfeitamente ser corrigida em algumas coisas, até a nível da parte técnica, de redação, tenho certeza de que o projeto, voltado à CCJ, e teremos reunião extraordinária da CCJ amanhã, apreciaremos na Sessão de amanhã não só a emenda da CCJ com esta emenda de Plenário. Aí, liquidamos a coisa, de uma vez só. Porque de nada adianta votarmos hoje, Deputado, a emenda. Poderíamos votar hoje, e daí volta para a CCJ de novo!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu apelaria a V. Exa., que a emenda da CCJ pudesse ser votada na Sessão de hoje. Entendo que não há nenhum prejuízo em relação ao processo legislativo. Retorna o projeto à CCJ para resolver a questão desta emenda, que tem este problema da técnica redacional dela.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O que estou tentando explicar a V. Exa. é de que maneira vou conseguir votar o projeto, hoje, se há uma emenda. Não tenho como! Não tenho como votar o projeto hoje se há emenda! Se fosse retirada esta emenda, votaríamos imediatamente o projeto e a emenda.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Acho que se formos votar só a emenda, eu também, como V. Exa., entendo. Porque temos que votar o projeto, ressalvada a emenda. Se votarmos o projeto, necessariamente teríamos que votar a emenda. Mas se não aprovarmos ou rejeitarmos o projeto, não há como votar a emenda. Também concordo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, de que não há como votarmos a emenda separadamente, sem votarmos o projeto. Até porque a emenda faz parte do projeto.

Então, acho que é correta vossa interpretação. Vamos voltar para a CCJ amanhã e amanhã vamos votar as duas emendas. A emenda que diz que há concurso público após dois anos e a emenda que prevê que os hospitais universitários possam ser enquadrados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Infelizmente é o que temos que fazer.

Não tenho como votar uma emenda sem votar o projeto, razão pela qual já decidi que o projeto volta à CCJ e amanhã, depois de aprovado ou não na CCJ, temos que votar as duas emendas: a emenda da CCJ e a emenda de Plenário. Essa é a decisão.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, V. Exa. já decidiu, mas a dúvida, e acho que até o Presidente da CCJ pode esclarecer, porque o Deputado Romanelli, de uma forma até irônica, mas procede a sua colocação, disse para fazer uma alteração nessa emenda aprovada na CCJ, para que o prazo que o

Governo tem para prover esses 182 cargos através de nomeações sem o vínculo do concurso público, que ele seja de três anos e a emenda passa a vigorar a partir de 2010. Veja bem, é uma possibilidade legal que o Deputado Romanelli poderá fazer, mas poderá fazer após votar essa emenda, porque como fica se ele tentar fazer essa alteração na data de amanhã?

Também tenho a informação que a Comissão de Saúde fez uma emenda em cima da emenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Todas as emendas têm que ser apresentadas em 2ª discussão. A única emenda apresentada em 2ª discussão é essa que recebemos hoje. A emenda de Plenário e a emenda da CCJ, ambas e somente elas serão votadas na Sessão de amanhã, logo após aprovação ou não da CCJ. Não existe outra maneira!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente.

(Assentimento)

Ainda estamos discutindo o projeto. Queria só colocar aqui um esclarecimento do posicionamento da Oposição. Há uma discordância. Acredito que todos os Deputados aqui são favoráveis à criação desses cargos para o bom funcionamento dos hospitais, mas o que discordamos do projeto do Governo?

Que o Governo quer contratar em cargo de comissão, nomeado sem nenhum processo de concurso para esses cargos. Há uma discordância, porque o Governo quer de uma maneira e a Oposição, através do Deputado Reni, apresenta essa emenda.

Então, votamos aqui, Sr. Presidente, favoráveis ao projeto, mas ressaltando que vamos fazer a defesa aqui que esses cargos sejam, sim, criados, mas através de concurso público. E essa história que ouvimos nos corredores, que poderá ser apresentada uma emenda que o concurso público terá prazo de três anos, aí é brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Mas não existe essa emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, "os corredores têm ouvidos".

Então, queremos estabelecer, e acho até que o Deputado Reni foi bondoso na sua emenda, acredito que podemos criar os cargos, dar um prazo de seis meses, o Governo se habilita, faz o concurso e contrata. É essa a forma de a Oposição pensar. Agora, de outra forma teremos dificuldades. Esse é o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A emenda, vamos discutir amanhã. Nós iríamos votá-la hoje, mas como apresentaram uma nova emenda, não posso discutir hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, então estamos encaminhando favoráveis ao projeto, resguardando...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não vamos nem votar o projeto. Ele está retirado, porque vai à CCJ. Apresentou-se outra emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero insistir com V. Exa., porque tenho um respeito muito grande pelo processo legislativo. Veja bem, o Deputado Rossoni acabou de marcar aqui uma posição. Eu respeito a posição da Oposição e tal. Ele disse o seguinte: Quero apresentar uma emenda reduzindo para seis meses para poder ter concurso para os cargos em comissão que sejam criados. Muito bem, ele não vai poder fazer mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro que não.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

E por que não vai poder fazer?

Porque a Mesa não vai mais poder receber emenda nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Exatamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agora, veja, daí não estamos discutindo o mérito da emenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos discutindo o sexo dos anjos, porque o prazo para a entrega das emendas acabou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas, não podemos fazer emenda supressiva para emenda que não foi votada no Plenário, ou modificativa.

Desculpe, mas ontem aqui insisti que em 1ª discussão tínhamos que ter votado a emenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, ontem aprovamos o projeto, ressalvada a emenda. Iríamos discutir a emenda hoje. Como apresentou-se uma nova emenda, o projeto volta à CCJ. E aí sim discutiremos as emendas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Passou a emenda na CCJ, vamos acreditar que vença aqui a base do Governo, poderia se apresentar uma emenda alterando o prazo, como disse o Deputado Valdir Rossoni. Não pode!

Não vamos discutir o mérito da emenda nunca!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos discutir amanhã.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Não vai, ela ficou terminativa. Ou recebe a emenda, ou não.

Sabemos que, quando um projeto vem da CCJ, ou aprova ou não aprova. Mas aqui não há emenda modificativa. Não tem como oferecer uma emenda modificativa, porque não votamos ontem a constitucionalidade de emenda.

Enfim, V. Exa. já decidiu e respeito a sua decisão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Amanhã discutiremos as duas emendas, somente elas.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Não entendo a preocupação do Líder do Governo. Ontem já foi explicado e V. Exa., na presidência, nada mais fez que cumprir rigorosamente o Regimento Interno.

Está claro que, na 1ª votação vota-se a constitucionalidade; na 2ª vota-se o projeto, ressalvadas as emendas e vota-se as emendas somente após a 2ª votação, no mérito do projeto.

Como o Líder do Governo tem tanta pressa em votar essa emenda preocupado que essa emenda possa ser acolhida pelo Plenário, nós da Oposição gostaríamos que o Líder do Governo fosse tão ágil junto ao Governo. E que o Governo implantasse, o mais rápido possível, todos os hospitais, para que todos os cargos possam ser preenchidos. E nós Deputados da Oposição votaremos favorável.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tenho certeza que poderemos contar, amanhã, com a rapidez, a agilidade e a competência da CCJ para aprovarmos, em Sessão Extraordinária, não só esta matéria, como outras que também serão julgadas amanhã.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, obra unida a Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Telêmaco Borba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.
Aprovado, artigo por artigo. Em votação a emenda.
Aprovada.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Maria, com sede e foro no município de Mallet. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei 14636/05. (Utilidade pública). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 668/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que proíbe a venda de seringas descartáveis a menores de 18 (dezoito) anos por parte de qualquer estabelecimento comercial em todo o estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCD E CAICTM. (Publ. no DA nº 110/08, de 12/09/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 668/08

P A R E C E R :

O projeto de lei ora sob análise pretende proibir a venda de seringas descartáveis a menores de 18 anos por parte de qualquer estabelecimento comercial em todo o estado do Paraná.

Legitimidade

Inicialmente, é preciso que se verifique sobre a legitimidade, qual seja, sobre a competência para deflagrar o processo legislativo no caso que ora se comenta. Para tanto, fixe-se que se trata de tema relativo à saúde pública, posto buscar se afastar, ainda que por modo indireto, com a obstaculização de venda de seringas para menores de idade. Posto isso, transcreve-se o artigo 24 da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.

Sendo assim, de logo percebe-se que a competência é concorrente. Pontuado de tal modo, cumpre arrolar o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dipos sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Pelo exposto, denota-se que o Parlamentar possui legitimidade para iniciar o processo legislativo no presente caso.

Do objeto material da propositura

O objeto material é, como já se disse, basicamente, defender a saúde pública de certa camada da população. Especificamente, a proibição de venda de seringas para menores de dezoito anos. Este caráter cogente de proibição é forma lúdica de se alcançar o fim pretendido, sem ao mesmo passo, desrespeitar ditame legal ou constitucional. Corroborando tal acepção, veja-se o artigo 196. da Carta Magna Federal:

Art. 196. A saúde é direito de todo e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ademais, busca-se com este projeto, em verdade, combater o uso de drogas no estado do Paraná, ou ao menos reduzi-lo. Ora, em se evitando a venda de seringas a pessoas menores, por certo, além de se defender a saúde pública, também se reduzirá a utilização de drogas injetáveis.

Outro ponto que pode ser alcançado é a redução do número de pessoas contagiadas pelo vírus da AIDS. Isto porque, como bem se conhece, o vírus é passado por seringas reutilizadas, por usuários ou não de drogas. Assim, uma vez mais dessume-se a relevância da propositura para um bem-estar crescente da população de nosso estado.

No artigo 2º traz-se condicionamento para a venda dos medicamentos para as pessoas menores, consubstanciado na apresentação do documento de identidade. Nada mais eficaz que esta atitude, que comprova, de modo claro o preenchimento do requisito listado para a compra dos medicamentos.

O artigo 3º, por sua vez, traça penalidades aos estabelecimentos que descumprirem as disposições traçadas no projeto. Deve ser destacado que tais penalidades são aplicadas de modo sucessivo, qual seja, inicialmente a mais branda, até se alcançar a mais prejudicial: suspensão temporária. Acerca do assunto, ressalta-se que a fixação de penalidade, de modo coercitivo é uma das formas que se encontra para fazer com que a lei seja faticamente cumprida. Ora, estabelecer critérios, que podem culminar inclusive com a suspensão de estabelecimento, é fator que deve fazer com que todos respeitem e cumpram a legislação a ser implantada.

Pelo artigo 4º se está destinando os valores arrecadados ao PROERD, em funcionamento no município do estabelecimento infrator. Uma vez mais, acerta o proponente em seu desiderato, sob a ótica deste Relator. O dinheiro arrecadado com as punições deve retornar para um fundo que combata o uso de drogas, inclusive disseminando esta política nos setores mais jovens da população. Isso demonstra que a finalidade continuará sendo buscada, pelo repasse dos recursos ao instituto que combata a criminalidade relacionada às drogas.

Da Técnica Legislativa

Em referência à técnica legislativa, constante da Lei Complementar nº 095/98, nada há que possa macular a propositura, pois o texto respeitou, em sua totalidade, os requisitos técnicos exigidos.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto, posto o respeito a constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 25/09/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR**PROJETO DE LEI Nº 668/07****P A R E C E R :**

Trata o Projeto de Lei nº 668/07, de iniciativa do nobre Deputado Estadual Luiz Accorsi de proibir a venda de seringas descartáveis a menores de 18 (dezoito) anos por parte de qualquer estabelecimento comercial em todo o estado do Paraná. O projeto, seguindo seu trâmite regimental, recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão da Indústria no que tange ao respeito à constitucionalidade, à legalidade e aos fundamentos apresentados pelo autor em sua justificativa.

Chamada essa Comissão Permanente para opinar sobre o projeto de lei no que se refere aos direitos dos consumidores, esse Relator apresenta parecer favorável ao trâmite regular. O projeto de lei, ao dificultar a comercialização de seringas descartáveis a menores de 18 (dezoito) anos, tem o intuito de contribuir com a luta contra as drogas, minimizando a disseminação das doenças contagiosas como a AIDS, dentre outras, que se proliferam, inclusive, em virtude do uso incorreto desse material. Assim, não há prejuízo aos consumidores uma vez que não infringe o dispositivo Constitucional do artigo 5º, inciso XXXII, e do artigo 48 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, nem tampouco as normas do Código de Defesa do Consumidor.

A previsão de que determinado produto só possa ser comercializado a determinadas pessoas não restringe seu livre comércio, e sim prevê uma garantia de que o produto comercializado não seja utilizado por pessoas incapazes de fazer uso correto e seguro do mencionado produto.

Desta feita, o projeto de lei, no que tange à competência dessa Comissão, deve seguir seu trâmite regular no que tange à competência desta Comissão de Defesa do Consumidor, resguardado o direito de discussão do mérito.

Sala das Comissões, em 08/03/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 668/07****P A R E C E R :****I - Relatório**

O projeto de lei acima epigrafoado foi apresentado pelo Deputado Luiz Accorsi, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta proibir a venda de seringas descartáveis a menores de 18 (dezoito) anos por parte de qualquer estabelecimento comercial em todo o estado do Paraná.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois vem o presente dificultar a comercialização de seringas descartáveis, representando um avanço na escala da luta contra o domínio das drogas, contribuindo também para a diminuição das doenças contagiosas disseminadas pelo uso incorreto desse material, com AIDS, hepatite, conforme explica o autor em sua justificativa.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20/02/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, conversei com o Deputado Luiz Accorsi e estou requerendo que seja retirado de pauta o Projeto de Lei nº 668/07, para que seja enviado à Comissão de Saúde.

A intenção do Deputado obviamente que é meritória, porque pretende que não sejam vendidas seringas descartáveis a menores de 18 anos. A preocupação que tenho é que ao proibirmos que as seringas descartáveis sejam vendidas, que passem a ser seringas reutilizadas as usadas por menores de 18 anos. O que não resolve o problema.

Então, gostaria de ouvir a Comissão de Saúde, já solicitei ao Deputado e por isso estou encaminhando à Mesa um requerimento para que seja retirado de pauta e enviado à Comissão de Saúde. Solicito a V. Exa. o deferimento.

Obrigado.

O SR. LUIZ ACCORSI (PSDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Concordei com o Deputado Veneri, a retirada e encaminhar para a Comissão de Saúde, por 10 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão o Requerimento nº 1010, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões, para que seja encaminhado à Comissão de Saúde. **Aprovado.** Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei nº 668/07.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 809/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Atletas da Vila Autódromo I, com sede e foro no município de Curitiba. COM. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/08, de 14/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 809/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Atletas da Vila Autódromo I, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o Projeto Amor a Vida e Voluntários do Brasil, com sede e foro no município de Cerro Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/08, de 13/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 019/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública o Projeto Amor a Vida e Voluntários do Brasil, com sede e foro no município de Cerro Azul, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a sede e o foro do projeto que se pretende declarar de utilidade pública, pertence ao município de Cerro Azul. Desta forma, a fim de adequar a redação ao presente projeto, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 019/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Projeto Amor a Vida e Voluntários do Brasil, com sede e foro no município de Cerro Azul.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1001, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1003, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1007, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, com apoio dos Deputados Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Rosane Ferreira, Cleiton Kielse e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1008, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1009, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 998, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira e do Deputados Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, entendo que o requerimento é interessante e deve ser aprovado, mas ao mesmo tempo entendo que deveria ter apenas um destinatário. Entendo que o Secretário da Segurança obviamente encaminha ao Comandante da Polícia Militar, que informa o efetivo em cada um dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem razão. Vamos encaminhar ao Secretário da Segurança apenas.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 095/08.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 038, 143 e 170/08.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 7, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 128 e 133/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 077 e 123/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 809/07; 019 e 170/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 828, 144 e 146/08.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 045

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 18

Presenças 18

Abertura da Sessão 18

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final 19

1ª Discussão 20

Encerramento da Sessão 25

Publicações:

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 26

Redação 26

Constituição e Justiça 27

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico 28

DIÁRIO Nº 045

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Milton Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni

Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost e Stephanes Júnior (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 095/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/08, que propõe abertura de crédito especial ao orçamento geral do estado, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) para aplicação na Secretaria do Estado da Educação - SEED. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 095/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15750 de 27/12/07, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) com a criação do seguinte Grupo de Natureza de Despesa: Inversões Financeiras, na Dotação Orçamentária 4103.12361012.151 - Infra-Estrutura e Apoio Logístico na Rede Escolar e ao Estudante - Educação Básica, conforme Anexos I, II e III desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito, de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ANEXO I**Fl. 1**

4100 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR GRUPO DE FONTES RECURSOS DE TODAS AS FONTES 4103 - SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO								R\$ 1,00
Proj/ativ	Gr. Ft.	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
2.151	01					725.000		725.000
	T					725.000		725.000
Total					0	725.000		725.000

ANEXO II**Fl.2**

4100 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR GRUPO DE FONTES RECURSOS DE TODAS AS FONTES 4103 - SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO								R\$ 1,00
Proj/ativ	Mod. Apl.	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Enc. Da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
2.151	90					725.000		725.000
	T					725.000		725.000
Total					0	725.000		725.000

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA							ANEXO III	Fl.03 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fnte	ALO	VALOR	N. do Proc. COP	
4100	Secretaria de Estado da Educação							
4103	Superintendência de Educação							
2151	Infra-estrutura e Apoio Logístico Rede Escolar e ao Estudante - Educação Básica	45906100	100	01	L	725.000	0102	
Total						725.000		

CANCELAMENTO DE DESPESA							ANEXO IV	Fl. 03 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fnte	ALO	VALOR	N. do Proc. COP	
4100	Secretaria de Estado da Educação							
4103	Superintendência de Educação							
2151	Infra-estrutura e Apoio Logístico Rede Escolar e ao Estudante - Educação Básica	44905200	100	01	L	725.000	0101	
Total						725.000		

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Terra Roxa Investimentos - Agência de Desenvolvimento do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Rolândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 007/08, de 21/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 038/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Terra Roxa Investimentos - Agência de Desenvolvimento do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Rolândia.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Instituto CORPORE para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, com sede e foro no município de Matinhos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 032/08, de 14/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 143/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de utilidade pública o Instituto CORPORE para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, com sede e foro no município Matinhos/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/08, que dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento) nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 037/08, de 23/04/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 170/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo propõe reajuste de 5% nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do estado do Paraná, conforme especifica.

De se observar que a matéria estampada no presente projeto é eminentemente de competência do Poder Executivo Estadual, previsto no artigo 66, I, II e III, da Constituição Estadual, sobre os quais assento minha análise.

Fundamentação

A Constituição Federal previu a competência plena do estado em seu artigo 25, parágrafo 1º, que se regem e organizam-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios fixados na Constituição Federal.

O artigo 25 dispõe que, *literis*:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Da legitimidade e legalidade

No que pertine a competência legislativa a matéria vergastada é de competência exclusiva, isto é, privativa do estado, como previsto no artigo 66, I, da Constituição Estadual, *literis*:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração. (grifei)

A mesma Constituição em seu artigo 49 subordina as Forças Armadas da Polícia Militar do Exército e Polícia Civil ao Poder Executivo Estadual definindo que referidas matérias serão regidas por legislação especial, *literis*:

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades. (grifei)

O artigo 27, X, da CE, reforça a legitimidade do Poder Executivo na gestão pública, seja ela direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do estado, assim disposto:

Art. 27. A Administração Pública Direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do estado e dos municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também o seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

(...)

Quanto ao mérito

O projeto é legal, de legítima iniciativa tratando de matéria de competência plena do Poder Executivo, e teve o cuidado de enquadrar o Impacto Financeiro da Lei Complementar nº 101/00, ao estipular no artigo 2º que, *literis*:

“Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentário-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições de Lei Complementar Federal nº 101/00, de acordo com a ordem cronológica dos pagamentos efetuados no ano anterior.”

Observa-se que o PL teve o cuidado de respeitar as linhas de diretrizes orçamentárias ditas pela Lei Complementar nº 101/00, constituindo-se portanto, em iniciativa legítima, sem ferir critérios de interpretação constitucional.

Conclusão

Portanto o projeto de lei é absolutamente constitucional quanto à competência originária, isento de vício de origem sendo de todo legal na exata medida em que atende os mandamentos constitucional e infraconstitucional.

Quanto aos aspectos da técnica legislativa não encontramos nenhum óbice enquadrando-se perfeitamente nos dispositivos da Lei Complementar nº 095/98.

Ao exposto meu parecer é favorável ao prosseguimento do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 170/08

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 170/08, de iniciativa do Poder Executivo Estadual, tem por finalidade reajustar, em 5% (cinco por cento), as tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias, civil e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná.

O reajuste também se estende aos servidores inativos e pensionistas das carreiras civis e militar do Poder Executivo, bem como os integrantes da carreira técnica de extensão rural da EMATER, dos cargos de provimento em comissão, dos Secretários de Estado, contratos de regime especial - CRE's. Paranaeducação e convênios com APAE's.

Os efeitos da lei, segunda a proposta, é condicionada à disponibilidade orçamentário-financeira, ao comportamento da receita, a ser atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e da Fazenda.

A matéria já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e encontra-se nesta Comissão de Finanças e, especificamente a este Parlamentar, para relatá-la, sob os aspectos da adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

É o breve relatório.

Voto do relator

Cabe a este órgão técnico primeiramente o exame do projeto quanto à sua compatibilização ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa.

Cabe salientar que o presente projeto está propondo apenas o reajuste do vencimento básico pelos índices de inflação, medidos nos 12 meses anteriores à data base do funcionalismo estadual, de modo a simplesmente buscar manter o respectivo poder de compra dos salários, entendido na sua acepção genérica, pagos pelo Governo do Estado.

A Secretaria de Estado da Administração e Previdência, através de sua Diretoria de Recursos Humanos, encaminhou, e instrui a presente proposição, um estudo que informa o impacto anual em pessoal, tanto para o ano corrente, como para os dois próximos, atendendo assim exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, da presente

proposta de revisão geral anual, nos seguintes percentuais: 2008= 3,35%; 2009= 4,5%; e 2010= também 4,5%. Também apresentou os valores nominais em moeda corrente em cada destes anos, considerando o ano de 2008 a partir do mês de maio.

Como há previsão, tanto na Lei do Plano Plurial, como na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como na Lei Orçamentária do corrente ano, para a revisão ora proposta, a proposição está combatível e adequada ao orçamento e as condições financeiras do estado.

Quanto ao mérito a proposta de legislação submetida pelo Poder Executivo é expressão do que é assegurado ao funcionalismo público pela legislação específica, avanço conquistado pelos servidores e em última instância pela própria sociedade, pois evita o aviltamento da remuneração dos que prestam os serviços públicos.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Para discutir, Sr. Presidente?

(Assentimento)

É lógico que jamais seremos contra o que o Governo do Estado está propondo para os funcionários públicos do estado do Paraná. Estamos votando a constitucionalidade desta lei. O Governador do Estado, através do Projeto de Lei nº 170, pede que seja concedido um aumento de 5% linear, para todos os funcionários no estado do Paraná. O que nos preocupa é quando será implementado esse aumento. A Assembléia aprova, o Governador do Estado do Paraná vai implementar esse aumento, conforme o artigo 2º da lei que ele manda para a Assembléia, que diz: "Esta lei entrará em vigor..."

(Continua a leitura)

Esse dispositivo, de acordo com a ordem cronológica dos pagamentos efetuados no ano anterior, espero que o Líder do Governo possa nos trazer quando formos discutir o mérito desse projeto, o que isso quer significar. No mais, Sr. Presidente, sabemos que não é permitido você conceder aumentos diferenciados ao funcionalismo público. Essa lei - ao menos o que manda - dá um aumento linear de 5%. O que questionamos e o que gostaríamos de saber, quando da votação no mérito do projeto, para que não venhamos aprovar o projeto e não seja esclarecido quanto à sua constitucionalidade - acredito que o Líder do Governo não tenha essas informações no dia de hoje. Se você vai implementar os 5% de aumento, de acordo com a disponibilidade financeira e não podemos ser irresponsáveis, Deputado Romanelli, e não o somos, de querer dizer que o Governo tem que aplicar imediatamente, se não há disponibilidade financeira ou se ele venha a incorrer na Lei nº 101, que é a Lei de Respon-

sabilidade Fiscal. O que gostaríamos que ficasse claro, e vamos estudar com a nossa assessoria, se cabe a emenda ou não, quanto à aplicação deste aumento.

Vamos supor que em maio o Governo do Estado vai aplicar um percentual à determinada categoria. Ele tem que aplicar esse aumento uniforme para todos.

O que não pode fazer é aplicar 5% de aumento para determinada classe, por exemplo, a classe A, lotado para determinada Secretaria e a outra Secretaria, a B, não receba aumento. Se vai dar aumento, tem que ser concedido uniforme e parelho para todos os funcionários do estado do Paraná, até atingir os 5% previstos nesta lei. Embora que isso não está explícito na lei, mas queremos entender que este é o objetivo do Governo do Estado. Depois, no mérito, vamos discutir quanto ao valor que ele está propondo, o aumento apenas de 5% para os seus funcionários, enquanto o Governo do Estado aplica 15% de aumento para o setor privado.

Espero, Deputado Romanelli, que nós, no mérito da discussão deste projeto, possamos ter estas informações através da sua pessoa que representa o Governo do Estado ou mesmo o próprio Governo do Estado possa informar à Casa, oficialmente, com documentos, que este aumento será implantado como diz o artigo 2º, mas para todas as categorias, uniforme, mês após mês, até que se atinja exatamente a disponibilidade financeira, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Na verdade, só vou encaminhar em respeito a indagação feita pelo nobre Deputado Elio Rusch, que eu queria até dizer que em 99% do que ele disse, poderia eu estar falando aqui o que ele falou, porque falou com muito equilíbrio. V. Exas. sabem, estamos pela segunda vez no estado do Paraná dando, de fato, efetividade ao inciso X, do artigo 27 da nossa Constituição Estadual, fazendo uma revisão anual, ou seja, é muito claro o inciso X, é assegurada a revisão anual sempre na mesma data e sem distinção de índice.

Por que o Governo faz esta ressalva, Deputado Elio Rusch, justamente no artigo 2º que V. Exa. se refere? É justamente o seguinte: primeiro, que não podemos, ou seja, há de fato um condicionante que é a disponibilidade orçamentária-financeira que V. Exa., com muita propriedade, abordou e está corretíssimo. E ao mesmo tempo, na última linha do artigo 2º, está ali muito bem explicitado: de acordo com a ordem cronológica dos pagamentos efetuados no ano anterior.

Olha, a intenção do Governador Requião é conceder, agora no mês de maio, para 100% dos servidores. Vai depender do quê? Vai depender da disponibilidade, como nós falamos e V. Exa. mesmo disse, orçamentária-financeira e, claro, pelo não atingimento dos índices previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101.

Ora, o que ocorre na prática? Esta última linha do artigo 2º remete, porque quando votamos no ano passado a lei, o que fizemos? Fizemos a recomposição salarial de cada uma daquelas categorias profissionais. Para os professores que receberam 17%, que eram os que há mais tempo estavam sem ter o reajuste, e outras categorias, as diversas, Saúde, enfim todas elas. Foi pago quando? Foram pagos professores e mais alguns no mês de maio; outros, ensino superior, em junho e outra parcela, Saúde e outros mais, em setembro. Em setembro todos os outros.

Então, o que ocorre? O que está garantido aqui? A anualidade, ou seja, de qualquer forma fica assegurado pelo artigo 2º que os servidores, por exemplo, da Saúde que receberam o reajuste, o último reajuste em setembro, de setembro deste ano, pelo artigo 2º, não passa. O mais provável é que em função da disponibilidade poderá receber ainda no mês de maio, mas de setembro não passa, ou seja, está respeitado o princípio da anualidade, ou seja, da revisão geral dos salários até que nós possamos, ou seja, em função da disponibilidade financeira do Poder Executivo, conceder.

Então, é claro, não passa. Não passa porque a lei está especificando, Deputado Marcelo Rangel, de forma bem objetiva.

Então, Sr. Presidente, quero aqui dizer que a interpelação feita pelo Deputado Elio Rusch é absolutamente procedente e a explicação é exatamente esta.

A intenção do Governo, e claro, os estudos estão sendo realizados pelo Secretário da Fazenda, Heron Arzua, e pelo Secretário do Planejamento, Enio Verri, e obviamente a decisão é do Governador Requião, a vontade do Governador Requião é pagar para todos os servidores no mês de maio. Vai depender dessas condicionantes, é claro. O Governador age sempre, todos nós sabemos disso, Oposição e Situação. Se tem um Governador que prima pela responsabilidade, até diria com um certo conservadorismo, mas com muito zelo em relação ao dinheiro público, é o Governador Requião. Certamente temos que ter muita prudência ao tratar desse tema.

Era isso.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de registrar que vamos votar favoráveis a este projeto, ele é constitucional, já passou lá na CCJ, teve nosso voto favorável, mas quero deixar registrado aqui, como o próprio Deputado Elio Rusch também colocou, vamos estar votando a constitucionalidade de um projeto que dá aumento ao servidor público, esteja ele trabalhando ou seja ele inativo, e o aumento previsto é de 5%. Claro que, como disse o Deputado Romanelli, vai obedecer a uma escala, pode ser que não saia 5% já para algumas classes, algumas categorias.

A nossa cobrança, em função do Governo, é que também foi constitucional o projeto que ele mandou para esta Casa para que os Deputados aprovassem, ou não aprovassem o aumento da iniciativa privada. Também foi constitucional, só que naquele aumento ele colocou 15%, para que a iniciativa privada pague 15%. Vou dar um exemplo que é constitucional: o policial militar, que agora vai receber 5% de aumento, para sua empregada doméstica vai ter que pagar 15%, assim como o professor.

Então, é isso que quero deixar registrado. Vamos estar propondo uma emenda, assinada por diversos Deputados, para poder corrigir essa distorção que o Governador está criando com esse projeto que é constitucional, mas acaba deixando o salário do professor e do policial militar abaixo do previsto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, avalio que o projeto enviado pelo Governador Requião é um projeto que está cumprindo uma lei que aprovamos aqui no ano passado, que institui o mês, o período para que sejam revisados os salários das categorias profissionais do nosso estado.

Essa lei, aprovada no ano passado, considero um avanço tremendo em relação aos outros estados da federação, porque assegura ao servidor público estadual um mês onde é feita a revisão dos seus salários. O trabalhador, o servidor público vai ter a garantia de que seu salário não vai ser mais corroído pela inflação, porque acompanhamos e nos outros estados ainda continua, que o servidor público, vem ano e passa ano, e seu salário é corroído pela inflação do período. A cada ano ele está ganhando menos.

No Paraná agora temos a certeza que se não conseguirmos recuperar o poder aquisitivo de muitos salários de muitas categorias, é claro, nós professores estamos aí conversando com o Governo, fazemos reuniões, mas de forma responsável, acompanhando o desempenho da arrecadação, vendo as possibilidades do caixa do Governo. É claro que eu, como professor, gostaria aqui de apresentar uma emenda garantindo a reposição dos 38% dos professores equiparando a nossa categoria com os demais servidores do estado com a mesma formação. É claro que eu gostaria de fazer isso. Agora, não basta eu escrever isso no papel que o dinheiro vai para o bolso do servidor público. Temos que ter a responsabilidade de saber os limites do Governo! Acredito que se a cada ano repusermos as perdas do período, e aí o Deputado Romanelli disse muito bem que o artigo 27 da nossa Constituição prevê o seguinte: *Assegurada a revisão anual sempre na mesma data, sem distinção de índices.*

Então, está aqui na nossa Constituição. Qualquer coisa que vier diferente disso é inconstitucional, é jogar para a platéia.

Se fosse pela vontade, acredito, da maioria dos Deputados, cada Deputado aqui estaria propondo um aumento diferenciado para as suas categorias, mas está na legislação, isso não é permitido neste momento. Não significa que a nossa categoria, os professores, temos reunião marcada com a Secretaria de Governo para discutir a situação dos professores, para podermos na sequência fazer uma revisão da nossa tabela salarial para conseguirmos uma reposição das perdas do passado.

Agora, é claro que reconhecemos que isso não é permitido neste momento, porque neste momento é momento de discutir revisão anual geral com o mesmo índice linear. Tratamento linear para todos os servidores.

Considero que é um avanço importante. Evidente que continuamos conversando. As outras categorias, da Saúde, dos Auditores, vão continuar conversando com as Secretarias de Governo, para cada um ver do seu lado. Ver de que forma pode melhorar o seu rendimento salarial dentro do Governo. Mas nesse momento temos que aplaudir, votar favoravelmente e garantir aos servidores, já neste mês de maio, a reposição de 5% sobre os seus salários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Quando ouço alguns pronunciamentos aqui, parece que estou vivendo num outro mundo. Eu vivi e vivo aqui há muitos anos, pela bondade do povo paranaense. Na verdade, amanhã é o dia de "a onça beber água", Deputado Nelson Justus.

Estamos apresentando uma emenda ao projeto do Governo, onde queremos que o aumento aos servidores públicos seja igual ao aumento do salário-mínimo. Qual foi o argumento usado pelo Governo para dar o aumento do salário-mínimo justo? Ele disse que a economia do estado é pujante. Está em 6º lugar na economia do país. E as pessoas têm que ser tratadas iguais: o servidor da Assembléia, o servidor público, o trabalhador da iniciativa privada.

Então, vamos votar favorável ao projeto, resguardando o direito de amanhã apresentar a emenda. Agora já estão querendo criar um antídoto para fugir da votação de amanhã. Quero pedir aos Srs. Parlamentares: amanhã é o dia de mostrar aos servidores públicos qual é o aumento que queremos conceder a eles. Quem quer 5%, vota com o Governo. Quem quer 15, subscreve a emenda, acompanha o salário-mínimo.

Quero dar o último argumento sobre a questão para a constitucionalidade. Veja como aqui as coisas acontecem. Amanhã, e já ouvi o argumento aqui há pouco, de que não podemos criar despesas, porque senão é inconstitucional a nossa emenda. Quero usar aqui um exemplo: no final do ano passado a Bancada do

Governo apresentou uma emenda aqui acrescentando ao Orçamento do Estado 30 milhões para a publicidade do Governo e ela não foi inconstitucional. Ela foi constitucional, foi aumento de despesa.

O que quero dizer com isso? Ora, se tratamos com tanta benevolência a publicidade do Governo, concedendo ao Governo que ele possa gastar mais de 30 milhões e não é inconstitucional, não é aumento de despesa, amanhã não estaremos tratando de publicidade, amanhã estaremos tratando de aumento do servidor público. Aquele que faz este estado funcionar: militares, professores, funcionários públicos de todo o estado.

Amanhã é o dia D. Vamos ver quem vai fugir dessa parada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem o Deputado Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente Nelson Justus, V. Exa. também já orientou os Deputados que hoje trata-se da constitucionalidade.

Então, gostaria que V. Exa. reiterasse a orientação do Regimento Interno para os Deputados, para que qualquer assunto referente ao mérito deixe para ser encaminhado amanhã, no dia D. Que seja feito no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Como é brilhante vermos um Deputado jovem, de 1º mandato, imbuído do Regimento Interno desta Casa, dando uma lição de como se fazem as coisas. Parabéns, Deputado Carli Filho, a juventude, seu 1º mandato, que lhe faz tão bem!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Eu vi o posicionamento do Deputado Carli e conheço a competência e a jovialidade do Parlamentar. Coloquei exemplos da questão da constitucionalidade. Não aceito como reprimenda. Quero dizer ao Deputado Carli que quando se trata de aumento de servidor público, não temos que ter pressa. Temos que cuidar desta situação com muito cuidado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Pela Ordem)

Eu fui citado. Deputado Valdir Rossoni, de forma alguma eu tive a intenção de reprimir V. Exa. Só lembrei, orientei aos Parlamentares para que novas discussões não surjam.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E esta presidência entendeu perfeitamente a intenção do Deputado Carli, que não quis ofender ninguém, claro.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, entendo, assim como os Deputados Rossoni e Carli, que devemos discutir, hoje, só a constitucionalidade. E acredito que da constitucionalidade ninguém tem dúvidas, porque o projeto está vindo do Governo. É um projeto que tem impacto financeiro, foi aprovado na CCJ. Obviamente que em alguns momentos nós colocamos as opiniões.

Amanhã surgirão diversas emendas, mas acho que limitarmos apenas à constitucionalidade, em determinados momentos, significa dizer o seguinte: o projeto é constitucional ou não. Todos concordamos que ele é constitucional. Agora, só faço uma referência porque sabemos que esta Casa é uma Casa de debates. Eles vão acontecer amanhã. Mas é impossível que nos limitemos, como se apenas juristas fôssemos, dizer se é constitucional ou não. Isto já foi, inclusive, dito lá na CCJ.

Então, acho que o Deputado Fernando Ribas Carli está correto. Apenas lembro que talvez na próxima vez fosse correto fazer na primeira intervenção, e não depois de seis ou sete.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

A verdadeira riqueza do Parlamento é o bom debate. Vamos encaminhar, sim, pela constitucionalidade. Existe constitucionalidade. O Governo pode ceder este aumento aos funcionários públicos, mas é importante debater, também, que a Oposição, nós, como Parlamentares, vamos oferecer emendas em 2ª discussão.

Foi dito aqui na Assembléia que o funcionalismo público não poderia perder seus vencimentos para a inflação. Pois bem, segundo o projeto, os vencimentos vão ter um acréscimo de 5%, mas a inflação em 2007 foi de 7,75%.

Então, só para deixar registrado que voto a favor da constitucionalidade e amanhã estaremos apresentando emendas para um reajuste justo para os servidores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o projeto. **Aprovado.**

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
2º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 043/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 046/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 843/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 808/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 860/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 816/07, de autoria do Deputado Duílio Genari. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 096/08, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 740/07 e 815/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para

constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 834/08 e 116/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 158/07, 315/08, 106/08, 128/08 e 133/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia,

oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 760/07, 075/08, 079/08, 095/08, 111/08, 141/08 e 136/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi, Dr. Batista e Miltinho Pupio. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Caíto Quintana. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 109/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 109/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri com emenda do autor em anexo - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 737/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Nereu Moura sugere a realização de uma Audiência Pública. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA RETIRADA de pauta - CONCEDIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 833/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 844/07, de autoria do Deputado Plauto Miró. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 142/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes à emenda de Plenário - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 034/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 041/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 061/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Altera dispositivos da Lei nº 15608/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 069/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com voto contrário do Deputado Francisco Bühner. O Deputado Caíto Quintana solicita o registro em ata das palavras do Deputado Luiz Claudio Romanelli alertando da existência destes jogos estaduais; 10) Projeto de Lei nº 072/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO, com voto contrário do Deputado Caíto Quintana; 11) Projeto de Lei nº 073/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira à emenda de Plenário - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 12) Projeto de Lei nº 098/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost - Altera dispositivos da Lei Estadual nº 14961/05. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 099/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 102/08, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 104/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 107/08, de autoria do Deputado Pedro Ivo. O Sr. Deputado Nereu Moura, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - DEFERIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia da matéria a todos os Deputados presentes; 17) Projeto de Lei nº 108/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 110/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Reni Pereira pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFERIDO pelo Presidente; 19) Projeto de Lei nº 122/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 124/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 135/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli -

APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 138/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer do Deputado Reni Pereira pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFE- RIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Publicação Administrativa

Pregão Eletrônico

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/08

Modalidade: Pregão Eletrônico 005/08 - Protocolo nº 2424/08

Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo:

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
I	Bios Comp Soluções Tecnológicas Ltda.	40 unidades de toner para impressora Lexmark E321/323, código 12A7400, original da marca da impressora	9.650,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

